



## COMISSÃO EUROPEIA

Bruxelas, 13.9.2018  
C(2018) 5891 final

*Senhora Presidente,*

*A Comissão agradece à Assembleia da República o seu parecer sobre o Quadro Financeiro Plurianual pós-2020.*

*No âmbito da preparação das suas propostas para o Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027, a Comissão teve em conta o debate aberto e inclusivo lançado em março de 2017 com o Livro Branco sobre o futuro da Europa e em junho de 2017 com o documento de reflexão sobre o futuro das finanças da União Europeia.*

*A Comissão ouviu atentamente os parlamentos nacionais, os Estados-Membros, o Parlamento Europeu e as discussões realizadas no contexto da reunião informal dos dirigentes da UE, de fevereiro de 2018. A Comissão consultou igualmente os cidadãos e os beneficiários finais do financiamento europeu, no âmbito dos diálogos com os cidadãos organizados em todos os Estados-Membros e das consultas públicas realizadas entre janeiro e março de 2018, tendo recebido mais de 11 000 respostas.*

*Entre 2 de maio e 14 de junho de 2018, a Comissão apresentou um pacote abrangente para o orçamento de longo prazo 2021-2027, incluindo propostas legislativas setoriais para programas de apoio e execução das políticas europeias.*

*A Comissão congratula-se com o contributo da Assembleia da República para o debate e toma nota de que, na opinião da Assembleia, as futuras política agrícola e política de coesão devem beneficiar do mesmo nível de recursos que lhes é atribuído no âmbito do atual Quadro Financeiro Plurianual, através de um aumento do nível da contribuição dos Estados-Membros, fixado em 1,2 % do Rendimento Nacional Bruto.*

*A Comissão gostaria de salientar que propôs reduções moderadas na política agrícola e na política de coesão, sem pôr em causa o seu valor acrescentado. Tais medidas são*

*Ex.m<sup>a</sup> Senhora  
Presidente da Comissão de Assuntos  
Europeus da Assembleia da República  
Dr.<sup>a</sup> Regina Bastos  
Palácio de S. Bento  
1249-068 Lisboa  
PORTUGAL*

*cc. Sua Excelência o Presidente  
da Assembleia da República  
Dr. Eduardo Ferro Rodrigues  
Palácio de S. Bento  
1249-068 Lisboa  
PORTUGAL*

*combinadas com a modernização destas políticas, que lhes permitirá continuarem a cumprir os seus objetivos fundamentais.*

*O método de afetação proposto para a política de coesão é calibrado para proporcionar uma distribuição equilibrada de fundos. Pretende refletir o modo como as disparidades evoluíram nos últimos anos, inclui novos critérios a fim de melhor ter em conta a situação socioeconómica no terreno, continua a canalizar os recursos para regiões onde o apoio é mais necessário e garante um tratamento justo para todos. Prevê uma «rede de segurança» para evitar alterações demasiado bruscas nas dotações afetadas aos Estados-Membros, de que Portugal beneficia.*

*O próprio Fundo de Coesão é reduzido devido à supressão da restrição, para os Estados-Membros elegíveis, incluindo Portugal, de execução de um terço da sua dotação total de fundos estruturais através do Fundo de Coesão. No entanto, isso não significa que os países e regiões menos desenvolvidos receberão menos recursos. Todos os três fundos — Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, Fundo de Coesão e Fundo Social Europeu — têm de ser consideradas em conjunto. Os recursos disponíveis serão parcialmente transferidos para a dotação de Portugal no âmbito do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, que oferece um vasto leque de opções de investimento, incluindo os ligados às futuras necessidades de desenvolvimento, tais como investigação e inovação, educação, infraestruturas sociais, energias renováveis e eficiência energética.*

*A Comissão congratula-se igualmente com o apoio da Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa da Assembleia da República a numerosos elementos das propostas, em especial no que se refere à simplificação da estrutura orçamental, ao alinhamento do orçamento da UE pelas prioridades da União no que respeita a programas como o Erasmus e o Horizonte Europa (nomeadamente no contexto da sua componente agrícola específica), a uma maior flexibilidade em matéria de gestão orçamental, à proposta sobre o Estado de direito, ao programa de apoio às reformas e à proposta de reforçar a complementaridade dos fundos europeus.*

*As propostas da Comissão são pragmáticas e realistas, decididamente orientadas para as principais prioridades políticas acordadas pelos dirigentes em Bratislava e em Roma relativamente ao futuro da Europa. Têm por objetivo mostrar a forma como a União Europeia enfrenta os desafios subsistentes e emergentes, combinando esforços adicionais com o rigor orçamental necessário, para avançar em conjunto e com confiança a fim de concretizar a nossa agenda comum.*

*A Comissão espera que as suas propostas proporcionem uma base sólida para as futuras negociações. Aguarda com expectativa a realização de um debate construtivo e positivo com o Governo português e com a Assembleia da República sobre o próximo Quadro Financeiro Plurianual e a prossecução do nosso diálogo político no futuro.*

*Com os melhores cumprimentos,*



*Frans Timmermans  
Primeiro Vice-Presidente*



*Günther H. Oettinger  
Membro da Comissão*